



Waldemir Barreto/Agência Senado



Presidente do Senado, Davi Alcolumbre comanda sessão deliberativa do Plenário

## Plenário aprova embaixadores para Malásia e Cingapura

Foram aprovados ontem, em Plenário, os indicados para as embaixadas do Brasil em Cingapura e na Malásia. A primeira será chefiada por Eugenia Barthelmess. Ary Quintella teve a indicação aprovada para a Malásia, posto que ele vai acumular com a representação em Brunei. Ambos foram sabatinados na Comissão de Relações Exteriores.

Os senadores aprovaram também requerimento do senador Alvaro Dias para que o Tribunal de Contas da União entregue cópia dos processos abertos para apurar supostas irregularidades praticadas pela Receita Federal e pelo Coaf na investigação de autoridades públicas. O pedido vai ao presidente do TCU, ministro José Múcio Monteiro. **3**

## Vai à Câmara agravamento de pena para casos de *stalking*

Hoje a perseguição, inclusive a virtual, é enquadrada na Lei de Contravenções Penais, de 1941, que prevê prisão de 15 dias a 2 meses. Texto aprovado ontem eleva a pena para até 3 anos de reclusão

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem, em decisão final, dois projetos que endurecem a punição para a prática de perseguição obsessiva, conhecida como *stalking*. O termo em inglês se refere a um tipo de violência em que a vítima tem a privacidade invadida por ligações telefônicas, por mensagens eletrônicas, pela internet ou pessoalmente.

Foram aprovados também outros seis

projetos que seguem para análise da Câmara dos Deputados. Um deles típica como crime induzir pela internet a prática de atos contra a saúde de outra pessoa, como o jogo da baleia azul, em que um mentor dá ordens a serem cumpridas pelos jogadores, entre elas autolesão e suicídio. Outro projeto impede o motorista que dirigir embriagado e ferir ou matar alguém no trânsito de cumprir pena alternativa. **3**

## Zenaide será presidente de comissão da mulher

Por aclamação, foi eleita ontem a nova presidente da Comissão Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, senadora Zenaide Maia. Ela disse que o colegiado dará voz a todas as mulheres, que unidas, ajudarão no combate à violência. A senadora Rose de Freitas conduziu a eleição. **2**



A nova presidente, Zenaide, ao lado de Rose, que conduziu a eleição

Edilson Rodrigues/Agência Senado

## Uso do FGTS para educação e cirurgia segue para a Câmara

Projeto que amplia as possibilidades de saque do FGTS, permitindo o uso do fundo para pagamento de curso superior e de cirurgias essenciais à saúde, foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais. **2**

## Debate conclui por necessidade de mudar PEC da Previdência

Em audiência na Comissão de Direitos Humanos, debatedores defenderam ontem que o Senado mude a PEC da Previdência, em tramitação na CCJ. O debate foi conduzido pelo presidente da comissão, Paulo Paim. **4**

## Famílias pedem mais atenção para síndrome do X frágil

Participantes de audiência na Comissão de Assuntos Sociais alertaram para a necessidade de acesso a exames que ajudam a detectar rapidamente a síndrome. **4**

## Mercado livre de energia elétrica é defendido em audiência

Debatedores defenderam ontem, na Comissão de Infraestrutura, projeto que expande o mercado livre de energia elétrica e permite portabilidade da conta de luz. **4**

## Técnica de exploração de xisto não tem consenso

O governo acredita que podem ser gerados 500 mil empregos com a extração do gás de xisto, por meio da técnica de *fracking*. Mas a campanha Coalizão Não Fracking Brasil aponta ameaças ao meio ambiente e à saúde. A divergência foi exposta em debate promovido por duas comissões. **4**



Senadora Soraya acompanha exposição de um dos participantes do debate

Jane de Araújo/Agência Senado

**JOVEM SENADOR 2019**

**ORÇAMENTO PÚBLICO: SUA PARTICIPAÇÃO TEM VALOR**

O CONCURSO DE REDAÇÃO DO SENADO FEDERAL É ABERTO A TODOS OS ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO MATRICULADOS EM ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS OU DO DF. DIVULGUE: [WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR](http://WWW.SENADO.LEG.BR/JOVEMSENADOR)

PARCERIA:

REALIZAÇÃO:

Contato: (61) 99187-2248, /SENADOFEDERAL, 0800 612211

# Vai à Câmara uso do FGTS para educação e cirurgia

Projeto aprovado ontem em decisão final pela Comissão de Assuntos Sociais aumenta a possibilidade de saque do fundo, permitindo o pagamento de curso de nível superior e de intervenção cirúrgica essencial

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou, em decisão final, projeto que amplia as possibilidades de saque do FGTS. A nova regra permite o pagamento de curso de nível superior e de cirurgias essenciais à saúde. O PL 1.540/2019, do senador Styvenson Valentim (Podemos-RN), foi relatado pela senadora Mailza Gomes (PP-AC).

Na justificativa do projeto, que deve seguir para a Câmara, Styvenson defende o saque do FGTS para cobrir gastos educacionais por conta das mudanças nas regras e cortes de recursos do Fies e do Proni,

que levou à redução no número de matrículas em instituições privadas de ensino superior.

Styvenson afirma que a medida deverá beneficiar usuários do SUS que enfrentam demora no atendimento mesmo em questões essenciais à saúde.

“Essa proposição atua no sentido de reconhecer o trabalhador como proprietário e principal beneficiário dos recursos e fortalecê-lo, ampliando as possibilidades de saque do FGTS”, sustenta Styvenson.

Mailza defende a aprovação do projeto pelo fato de amparar dois eixos básicos da sociedade brasileira: saúde e educação.

“Consideramos meritória a proposta de uso do FGTS para o alcance de finalidades sociais”, reforça a relatora no parecer.

Atualmente o FGTS pode ser usado para aquisição de imóvel novo ou usado, construção, liquidação ou amortização de dívida vinculada a contrato de financiamento habitacional. O trabalhador também pode sacar o saldo em casos de demissão sem justa causa e de algumas doenças graves. Recentemente, o governo editou a Medida Provisória 889/2019, permitindo o saque ao FGTS em novas modalidades para aquecer a economia.

## Zenaide Maia vai presidir comissão mista da mulher

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) foi eleita ontem, por aclamação, presidente da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher (CMCVM).

A senadora agradeceu o voto de confiança e afirmou que a comissão dará voz a todas as mulheres, que, unidas, vão ajudar no combate

à violência contra a mulher.

— Não queremos privilégios, queremos direitos e disso nós vamos atrás — disse.

Ela ainda destacou o caráter suprapartidário da comissão.

— Temos aqui parlamentares de todos os partidos, o nosso partido se chama mulher brasileira, independentemente de cor, de partido, do

que for, isso é o que nos une.

A senadora Rose de Freitas (Podemos-ES), que conduziu a eleição, sugeriu que a comissão apresente ao Ministério da Educação a implementação dos direitos humanos e da cidadania na educação escolar.

— Precisamos ter a igualdade como pauta permanente na educação — afirmou.

## Lei Kandir não funciona, segundo Confúcio Moura

Confúcio Moura (MDB-RO) destacou as dificuldades enfrentadas pelos estados exportadores, que passam por deficits crônicos e não recebem a contrapartida financeira do governo federal.

— Essa bendita ou maldita Lei Kandir é, na realidade, uma lei que existe, mas não funciona, pois todos os estados exportadores de commodities têm muito a receber — disse o senador.

## Rodrigues defende jiu-jítsu no ensino fundamental

Chico Rodrigues (DEM-RR) defendeu, em Plenário, a prática do jiu-jítsu nos currículos do ensino fundamental. Ele informou que protocolou na Mesa da Casa um projeto para a inclusão da arte marcial nas escolas.

— O grande diferencial do jiu-jítsu para as crianças pode ainda ser o benefício psicológico que o jiu-jítsu proporciona, o que ajuda muito na formação de adultos de bom caráter.

## Amin anuncia debate sobre mineiros de subsolo

A atividade de minerador em subsolo e as particularidades da profissão frente à reforma da Previdência (PEC 6/2019) será tema de audiência na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), anunciou ontem em Plenário o senador Esperidião Amin (PP-SC).

Para ele, é preciso discutir a idade mínima para o exercício da atividade e o tempo de contribuição desses profissionais.

## Humberto Costa elogia participação de manifestantes na Marcha das Margaridas

Humberto Costa (PT-PE) elogiou a presença das 100 mil participantes da Marcha das Margaridas, realizada ontem em Brasília. O senador disse participou da marcha e que o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad



levou uma mensagem do ex-presidente Lula. — Lula externou sua vontade de poder estar com elas em mais essa marcha, porque somente os presidentes que faziam parte do PT participaram desse movimento.

## Mobilizações sociais em todo o país são justas e imprescindíveis, afirma Paim

Paulo Paim (PT-RS) enfatizou em Plenário a legitimidade da luta dos movimentos sociais que ocuparam as ruas de várias capitais, direitos, garantias e exigir políticas públicas eficazes.



— Foi um movimento conjunto em defesa da educação e em defesa do nosso sistema de seguridade social, ou seja, a Previdência — destacou. Para ele, a mobilização é justa e imprescindível.

## Kajuru critica corte no orçamento de institutos e universidades federais

Jorge Kajuru (Patriota-GO) criticou o envio pelo governo federal do PLN 18/2019, que abre crédito suplementar e que, segundo ele, retira mais de R\$ 1 bilhão do orçamento da educação.



Segundo o senador, só em Goiás o realocamento de recursos vai gerar corte de R\$ 16,6 milhões, afetando os Institutos Federal Goiano e Federal de Goiás (IFG) e as Universidades Federais de Catalão, de Jataí de Goiás.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CDH Adoção**  
9h Entre 26 itens, o PL 1.535/2019, que garante direitos a crianças e adolescentes em processo de adoção. Às 14h, debate sobre defesa da Previdência Social.
- CE Semana dos Direitos Humanos**  
10h Audiência para discutir o PLS 401/2015, que institui a Semana dos Direitos Humanos nas escolas.
- CMA Lixos eletrônicos**  
10h Audiência para debater reciclagem de lixos eletrônicos.

- CRE Voo da Chapecoense**  
10h Debate sobre a situação das famílias das vítimas do voo da Chapecoense.
- CTFC Inflação dos planos de saúde**  
10h Audiência para debater a inflação dos planos de saúde no período entre 2000 e 2018.
- SESSÃO ESPECIAL 40 anos da ANJ**  
10h Comemoração dos 40 anos da Associação Nacional de Jornais.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**  
14h Sessão destinada a discursos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Davi Alcolumbre
- Primeiro-vice-presidente:** Antonio Anastasia
- Segundo-vice-presidente:** Lasier Martins
- Primeiro-secretário:** Sérgio Petecão
- Segundo-secretário:** Eduardo Gomes
- Terceiro-secretário:** Flávio Bolsonaro
- Quarto-secretário:** Luis Carlos Heinze
- Suplentes de secretário:** Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Silvío Burl
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

- Editora-chefe:** Fernanda Vidigal
- Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer
- Diagramação:** Claudio Portella, Luiz Henrique Machado e Ronaldo Alves
- Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino
- Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Comissão aprova pena para crime de *stalking*

Projeto prevê pena de até 3 anos para quem perseguir outra pessoa obsessivamente. A CCJ também aprovou texto que acaba com pena alternativa para morte no trânsito

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou, em decisão final, projetos que endurecem a punição para a prática de perseguição obsessiva, ou *stalking*. O termo em inglês se refere a um tipo de violência em que a vítima tem a privacidade invadida por ligações telefônicas, por mensagens eletrônicas, pela internet ou pessoalmente.

O PL 1.414/2019, de Rose de Freitas (Podemos-ES), eleva a pena, que hoje pode ser convertida em multa, para de 2 a 3 anos, sem possibilidade de conversão. O projeto também enquadra o agressor na Lei Maria da Penha se a vítima for mulher. O relator foi Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Ontem também a CCJ aprovou outros sete projetos, todos em decisão final. Se não houver recurso para votação em Plenário, os textos seguirão para a Câmara.

O PL 1.369/2019, de Leila Barros (PSB-DF), altera o Código Penal e explicita como crime “perseguir ou assediar outra pessoa de forma insistente, seja por meio físico ou eletrônico, provocando medo na vítima e perturbando sua liberdade”. O texto prevê pena de seis meses a dois anos de detenção ou multa, que pode aumentar para até três anos de detenção, se a perseguição for feita por mais de uma pessoa, se houver uso de armas e se o autor for íntimo da vítima. O relator foi Rodrigo Cunha (PSDB-AL).

O PL 600/2019, de Fabiano Contarato (Rede-ES), deixa expresso no Código Brasileiro de

Trânsito que o motorista que dirigir embriagado e ferir ou matar alguém no trânsito não pode mais cumprir pena alternativa. Ele terá que cumprir pena privativa de liberdade (prisão). Segundo o relator, Marcos do Val (Podemos-ES), muitas vezes o juiz usa o Código Penal para substituir a pena de prisão, já prevista no CTB, por pena alternativa quando o crime é culposo. O texto impede essa mudança.

O PL 847/2019, de Confúcio Moura (MDB-RO), tipifica como crime induzir pela internet a prática de atos contra a própria saúde, como o jogo da baleia azul, que estabelece desafios, incluindo ameaças e lesão ao próprio corpo, caso a pessoa tente sair do grupo. O desafio foi associado a mais de 100 casos de suicídio no mundo. O relator foi Rodrigo



Presidida por Simone Tebet, a comissão aprovou 8 textos em decisão final

Cunha (PSDB-AL). A pena prevista é de prisão de um a quatro anos, mais multa, podendo ser aumentada de um terço até a metade se a vítima for menor de 18 anos, maior de 60 anos ou apresentar deficiência mental.

Já o PL 1.396/2019 obriga o agente poluidor a ressarcir a

União, o estado ou o município de despesas decorrentes de operações envolvendo forças policiais, corpo de bombeiros ou outros órgãos públicos para enfrentamento de dano ambiental e humanitário. O relator foi Antonio Anastasia (PSDB-MG).

O PLS 389/2018, do ex-senador Edison Lobão e relatado por Roberto Rocha (PSDB-MA), inclui a possibilidade do uso de recursos de áudio e vídeo pelas partes na mediação em ações judiciais sobre questões de família e sucessões.

O PL 2.991/2019, do senador licenciado Eduardo Gomes (MDB-TO) e relatado por Anastasia, autoriza ex-prefeitos e ex-governadores a ter acesso ao Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv), para fins de prestação de contas, até o encerramento dos contratos firmados em seus mandatos.

E o PL 548/2019, de Soraya Thronicke (PSL-MS), permite o uso do voto eletrônico nas assembleias de condomínios. A relatora foi a senadora Juíza Selma (PSL-MT).

## Reforma da Previdência tem cronograma de audiências públicas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o calendário de audiências para debater a reforma da Previdência (PEC 6/2019). Serão feitos debates entre os dias 19 e 23 de agosto, com exceção, a princípio, da quarta-feira, quando haverá reunião deliberativa da comissão.

— Hoje começamos um trabalho de 30 dias de discussão e votação do relatório da reforma da Previdência, uma matéria complexa que exige muito de nós, com grande senso de responsa-

bilidade. Não custa lembrar que a matéria hoje povoa a mente e coração de todos os brasileiros — declarou a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS).

A primeira reunião ocorrerá na segunda-feira, a pedido do relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE). Devem participar do debate o secretário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho; o presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, Rafael Fonteles; o presidente

da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira; o ex-ministro da Fazenda Nelson Barbosa; o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Ângelo Fabiano Farias da Costa; e o presidente do Fórum Nacional das Carreiras de Estado (Fonacate), Rudinei Marques.

### Reforma tributária

Outra discussão prevista para começar na CCJ na semana que vem é a da reforma tributária. Simone Tebet pretendia iniciar os debates

após a votação da reforma da Previdência. No entanto, concordou com a elaboração de calendário para início imediato da discussão.

A senadora disse que não há impedimentos para o colegiado ouvir especialistas sobre a reforma tributária simultaneamente ao andamento da reforma da Previdência. Ela afirmou ainda que se reunirá com o relator, Roberto Rocha (PSDB-MA), e demais senadores que apresentaram requerimentos de audiências públicas para definir as datas dos debates.

## Cingapura e Malásia terão novos embaixadores

O Senado aprovou ontem duas indicações para embaixadas. A representação em Cingapura terá como chefe Eugenia Barthelmeß, aprovada por 58 votos a 2. O diplomata Ary Norton de Murat Quintella, que teve a indicação aprovada por 46 votos a 2, representará o Brasil na Malásia. Ele vai acumular o cargo com a representação brasileira em Brunei.

A próxima embaixadora do Brasil em Cingapura é ministra de primeira classe da carreira de diplomata, onde ingressou em 1990. Trabalhou nas embaixadas em Quito e na Missão Permanente junto à União Europeia em Bruxelas. O relator da indicação foi Marcio Bittar (MDB-AC).

O novo embaixador na Malásia e em Brunei também é ministro de primeira classe

do Itamaraty.

Quintella iniciou a carreira em 1990. Serviu na embaixada do Brasil em Washington e na Missão junto à União Europeia. A indicação teve Esperidião Amin (PP-SC) como relator.

### Sabatinas

Brasil e Hungria vivem hoje o melhor momento na sua relação e a afinidade entre o presidente Jair Bolsonaro e o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, fortalecerá a cooperação econômica e técnico-científica. Essa foi a tônica da fala de José Luiz Machado e Costa à Comissão de Relações Exteriores (CRE) ontem, quando teve seu nome aprovado para chefiar a embaixada do Brasil em Budapeste.

A aproximação deu mais um passo em maio, quando Ernesto Araújo tornou-se o

primeiro chanceler brasileiro a fazer uma visita oficial à Hungria em 92 anos de relações diplomáticas.

Costa também informou que a Hungria é favorável ao acordo entre Mercosul e União Europeia.

Também foi aprovada a indicação de Maria Edileuza Fontenele Reis para a chefia da embaixada brasileira em Sófia, na Bulgária.

A diplomata acredita que a efetivação do acordo entre Mercosul e União Europeia, também deverá aproximar mais os dois países.

Antonio Anastasia (PSDB-MG) informou que visitou a Bulgária no mês passado e constatou que a ex-presidente Dilma Rousseff, que tem descendência búlgara, é de fato muito popular no país.

A análise da indicação dos diplomatas sabatinados segue agora para o Plenário.

## Senado vai solicitar ao TCU cópia de processos sobre Coaf e Receita

O Plenário aprovou ontem requerimento do senador Alvaro Dias (Podemos-PR) que solicita ao Tribunal de Contas da União (TCU) cópia integral dos processos abertos para apurar supostos indícios de irregularidades praticadas pela Receita Federal e pelo Conselho de Controle das Atividades Financeiras (Coaf) na investigação de autoridades públicas. A solicitação será agora enviada para o presidente do TCU, ministro José Múcio Monteiro.

No requerimento, Alvaro afirma que o TCU, órgão auxiliar do Congresso Nacional, não pode extrapolar seu papel institucional: “Nem a Receita Federal nem o Coaf podem ser impedidos ou intimidados de apontar e apurar indícios de irregularidades de quem quer que seja. Nenhuma instituição



Requerimento aprovado é do senador Alvaro Dias

da República pode ser usada como escudo para blindagem de autoridades”.

Os senadores também aprovaram requerimento de Rogério Carvalho (PT-SE) que solicita ao TCU auditoria sobre concessão e liberação de empréstimos para estados e municípios do Nordeste geridos pela Caixa e pelo Tesouro Nacional entre 1º de janeiro e 1º de agosto.

# Famílias pedem acesso a teste da síndrome do X frágil

Mutação genética causa déficit cognitivo, depressão, ansiedade e problemas de atenção. Diagnóstico rápido e terapias precoces podem ajudar a driblar os efeitos da doença, ainda incurável

AMANDA KALIL TEM 33 anos e vive em casa. Fala quando quer. Aprendeu a ler e a escrever com dificuldade, aos 15 anos, numa turma de alunos surdos. Não interage com o mundo, não trabalha nem estuda. Ela tem uma mutação genética conhecida como síndrome do X frágil, que causa déficit cognitivo, além de depressão, ansiedade e déficit de atenção.

A mãe dela, Tamara, foi uma das participantes do debate de ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) sobre as políticas públicas destinadas a esses brasileiros que carregam no DNA a causa mais comum de deficiência intelectual hereditária em todo o mundo.

O pesquisador Roberto Herai, da PUC-PR, explicou que diagnóstico precoce ainda é difícil. Em parte isso acontece pelo fato de os sintomas do

X frágil serem semelhantes a muitas outras condições, como, por exemplo, o autismo — que também traz atraso cognitivo, motor e de fala.

— Não identificar o X frágil no início da vida traz uma enorme implicação social e de desenvolvimento. Quanto mais cedo tratada, mais a criança tem avanços na saúde e na qualidade de vida.

Pelo Ministério da Saúde, Jaqueline Misael garantiu que

o PCR — exame mais recomendado para o diagnóstico — está, sim, na tabela do SUS, mas reconheceu que seria preciso uma cooperação técnica com estados e municípios para que fosse liberado com mais facilidade.

— O profissional que tem o primeiro contato precisa ter o olhar para suspeitar do diagnóstico genético. Sem atenção, o paciente vai peregrinar pelo sistema de saúde — disse.



Styvenson Valentim ouve Roberto Herai na Comissão de Assuntos Sociais

## Contrato defende mudanças no Código de Trânsito Brasileiro

Fabiano Contrato (Rede-ES) destacou a necessidade de mudanças no Código de Trânsito Brasileiro e informou que a CCJ aprovou ontem o PL 600/2019, de autoria dele, que proíbe a substituição de pena do motorista que dirigir embriagado, culpado no acidente, que ocasione a morte ou lesão corporal de natureza grave ou gravíssima.

— Não vai ter a substituição, se depender de mim e se depender deste Senado — ressaltou.

## Brasil precisa de diálogo para sair da crise, diz Plínio Valério

Plínio Valério (PSDB-AM) disse ontem que o país está enfrentando uma grave recessão, desde 2014, e o Parlamento tem discutido e votado pautas estruturais importantes. O caminho para encontrar a saída é o diálogo, não só entre os membros da classe política, mas entre todos os brasileiros, defendeu.

— Esse é o caminho que o Brasil tem que seguir: o caminho da paz, o caminho da segurança — afirmou o senador.

## Abertura do setor energético é consenso em debate

Debatedores defenderam ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) a aprovação do projeto que expande o mercado livre de energia elétrica, permitindo ao pequeno consumidor a portabilidade da conta de luz (PLS 232/2016).

Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Rodrigo Limp afirmou que o projeto tem tudo para ser um marco fundamental na nova era do setor. Ele destacou que 50% da expansão da matriz energética no futuro próximo

virá de fontes eólica e solar, cuja participação era zero até poucos anos atrás.

Para o secretário de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica do TCU, Manoel Moreira de Souza Neto, o modelo do setor elétrico está esgotado e deve ser substituído por uma configuração moderna.

O senador Esperidião Amin (PP-SC) afirmou ser favorável à iniciativa, lembrando que são cada vez mais comuns propriedades individuais que

produzem energia.

— Favorecer modelos autônomos me parece uma necessidade.

O relator, Marcos Rogério (DEM-RO), disse que o texto pode equiparar o Brasil a mercados modernos de energia, como a União Europeia.

— As distribuidoras não enfrentam concorrência. O consumidor doméstico e os pequenos e médios empreendedores são obrigados a recorrer a um único fornecedor de um insumo essencial.

## Técnica de exploração de xisto provoca divergência

Representantes da campanha Coalizão Não Fracking Brasil apresentaram ontem, em audiência conjunta das Comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura (CRA), dados sobre os danos que o *fracking*, técnica para a extração de gás de xisto capaz de acessar rochas sedimentares no subsolo, produzem para a agricultura, a saúde humana e

o meio ambiente.

Entre os principais problemas citados, estão o alto consumo de água, que pode chegar a 15 milhões de litros cúbicos por poço, e a contaminação de lençóis subterrâneos com substâncias de potencial cancerígeno. O diretor do Departamento de Política de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural do Ministério de

Minas e Energia, João de Nora Souto, disse que a exploração cria uma perspectiva de 500 mil novos empregos e que o Brasil precisa observar os avanços tecnológicos.

A presidente da CRA, Soraya Thronicke (PSL-MS) quer ouvir o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque.

— Vou marcar uma agenda com o ministro sobre isso.

## Mudanças na Previdência dão o tom em audiência

Os debatedores que participaram ontem da audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre Previdência e trabalho defenderam que o Senado faça alterações na proposta de emenda à Constituição que trata da reforma da Previdência. A PEC 6/2019 já foi

aprovada em dois turnos pela Câmara e agora está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado.

A audiência foi conduzida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente do colegiado e autor do requerimento para realização da audiência.

O texto de reforma da Previ-

dência foi entregue ao Senado na quinta-feira, após ser aprovado na Câmara. Agora tramita na CCJ, onde tem como relator o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

A previsão dos senadores é que a toda tramitação no Senado seja concluída no dia 10 de outubro.

## Instalada comissão da MP que altera estrutura do governo

Foi instalada ontem a comissão mista que vai analisar a Medida Provisória 886/2019, que muda estruturas do governo federal. Na primeira reunião, a deputada Dra. Soraya Manato (PSL-ES) foi eleita presidente e o senador Marcos Rogério (DEM-RO), designado relator.

A MP 886/2019 faz novos ajustes na estrutura aprovada em maio pelo Congresso com a MP 870/2019, que reorganizou órgãos do Executivo. Entre outras mudanças, a nova MP transfere, da Secretaria de Governo para a Casa Civil, o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que reúne investimentos prioritários para o governo em parceria com a iniciativa privada. O texto confirma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) no âmbito do Ministério da Economia, conforme decisão anterior dos congressistas que havia sido vetada por Bolsonaro na MP 870.

O presidente do Senado,



Marcos Rogério será o relator da nova medida provisória

Davi Alcolumbre, impugnou trecho da MP 886 que transferia a identificação e demarcação de terras indígenas para o Ministério da Agricultura. Na aprovação da MP 870, o Congresso rejeitou a transferência para a Agricultura e subordinou a demarcação ao Ministério da Justiça.

Davi alegou que a nova tentativa de vincular a demarcação à Agricultura feria a proibição de reeditar, na mesma sessão legislativa, assunto rejeitado em outra medida provisória.

## Romário critica administração do Maracanã

Romário (Podemos-RJ) criticou ontem a administração do Maracanã.

Para ele, o local tem sido tratado com descaso e sofrido prejuízos milionários. A concessionária, disse, ficou em débito de R\$ 38 milhões com o governo estadual em março.

— É preciso responsabilizar quem deu causa a tais prejuízos e estabelecer a verdadeira e transparente parceria pública-privada — disse o senador.

## Para Zenaide, reforma da Previdência deve ser modificada

O Senado não pode aprovar a reforma da Previdência (PEC 6/2019) sem modificações, da mesma forma como aprovou as propostas do teto de gastos públicos e a de terceirização em atividades-fim, disse ontem Zenaide Maia (Pros-RN).

— O que chama a atenção nessa reforma é que ela está quase desmanchando algo que a população brasileira conquistou, que foi a seguridade social — afirmou a senadora.